

CULTURA

NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DE VIDA DE CASAL *TRANS* NA FRONTEIRA

Narratives and experiences of living of border trans in the frontier

Cristóvão Domingos Almeida*

Luiz Carlos de Santis Alves**

RESUMO

Este artigo discorre sobre as mudanças do corpo e as formas de interação vividas por um casal *trans*, de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul. Compreendem-se as narrativas deles como resistências, visando ao combate das violências verbal e física, da discriminação e do preconceito. Apoia-se no corpo como gerador de comunicação como vínculos e trocas relacionais, tendo os processos socioculturais de gênero como protagonismo para garantir a construção de sentidos, a visibilidade e a aceitação. Enfatizam-se, a partir da história oral, a observação e a análise textual discursiva, a relação entre o casal, as mudanças do corpo e a formação de vínculos sociais. Consta-se que o casal *trans*, na luta pela aceitação e na experiência conjugal, auxilia na visibilidade do debate sobre transexualidade nos espaços sociais, com potencial para amplificar as vozes LGBTQ, sobretudo nas demandas de pessoas silenciadas e invisíveis.

Palavras-chave: Comunicação. Corpo. Transexualidade.

ABSTRACT

This article discusses the changes of the body and the forms of interactions experienced by a trans couple. It is understood the narratives of the couple of São Borja, State of Rio Grande do Sul, as resistances, aiming at combating verbal

* Pós-Doutor em Comunicação e Práticas de Consumo Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Doutor em Comunicação e Informação (UFRGS). Mestre em Educação (Unisinos). Graduado em Comunicação Social, habilitação em Relações Públicas. *E-mail:* <crisovaoalmeida@gmail.com>

** Mestre em Educação. Licenciado em Geografia. Especialista em Ensino da Geografia. Graduando em Letras. Professor na Escola Estadual Técnica Encruzilhada – Maçambará – RS. *E-mail:* <profsantis@yahoo.com.br>

Revisão: Martina Gusmão

Data de submissão: 17.12.2018

Data de aceite: 13.9.2018

and physical violence, discrimination and Prejudice. It is based on the body as a generation of communication and links, with the socio-cultural processes of gender, as a role to ensure the construction of senses, visibility and acceptance. It emphasizes, from semidirectional interviews and observation and textual analysis discursive, the relationship between the couple, the changes of the body and the formation of social links. It is noted that the *trans* couple, in the struggle for acceptance and marital experience assist in the visibility of the debate on transsexuality in social spaces, with the potential to amplify LGBT voices, especially in the demands of the people silenced and Invisible.

Keywords: Communication. Body. Transexuality.

1 Introdução

O objetivo, neste estudo, é compreender, a partir de relatos orais de um casal *trans*, como vivem, nas relações cotidianas, a transexualidade. Isso se torna importante por ocorrer, especialmente, numa cidade fronteiriça, San Tomé – Argentina e São Borja – Brasil, região do Pampa gaúcho. Almeja-se entender as transformações do corpo, as tomadas de decisão, as novas possibilidades de vivência e a formação de núcleos familiares, bem como a busca por maneiras de se expressar, de se posicionar esteticamente e de agir na sociedade contemporânea.

Sobre o corpo, Baitello Junior (2014, p. 12) afirma que é o principal espaço de fortalecimento das relações humanas. Para o autor devemos ter ciência de que “a ponta geradora de toda a comunicação, que se constitui de um corpo, é a ponta-alvo do mesmo processo, que igualmente existe em sua natureza primeira de corpo”. Baitello Junior (2014, p. 95) diz que o corpo é a raiz de todo o processo comunicativo, que inicia no nascimento. O nascer “deveria ser definido como momento inaugural de toda a comunicação”. A partir do nascimento, é o corpo que transmite as mensagens “os sons e a fala, os gestos com as mãos, com a cabeça, com os ombros, os movimentos do corpo, o andar, o sentar, o dançar, os odores e sua supressão, os rubores ou a palidez, a respiração ofegante ou presa, as rugas ou cicatrizes, o sorriso, o riso, a gargalhada e o choro”. (BAITELLO JUNIOR, 2014, p. 95).

As linguagens corporais se apresentam como ponto de partida para promover aproximações e, lamentavelmente, para acentuar o distanciamento, opressão e o preconceito. Aqui, se valoriza o corpo com potencial para gerar vínculos sociais. Ao aproximar essa conceituação do corpo em transformação das pessoas *trans*, entende-se que há uma forte comunicação. Ele narra as mudanças e, nas relações sociais, em diversos

momentos, quando acolhido, intensificam-se as dimensões solidárias. No entanto, essa narrativa do corpo em mudança, por não ser facilmente aceita, contraria uma parcela da sociedade, ou seja, nesse grupo, que não aceita as mudanças corporais, a comunicação humana não gera vínculos sociais, pois surgem, então, o descarte, o desprezo, o desrespeito, a agressão verbal e a física.

As pessoas *trans*, a partir de sua linguagem corporal, mobilizam o uso e a apropriação de materiais, ferramentas e instrumentos para se posicionarem, se tornarem visíveis no espaço público e compartilharem vivências com pessoas que estão nesse mesmo processo de mudança e adaptação. Ou seja, é na construção de vínculos, materiais ou simbólicos, que as pessoas *trans* lutam para reconstruir sua vida em sintonia com outros sujeitos. Nesse sentido, o corpo é uma narrativa de resistência, ante o normatizado, o disciplinado e, por vezes, desafia a lógica constituída e se insere até na dimensão subversiva, aos olhares de muitos, que querem ver o corpo ideal, padronizado e esteticamente perfeito.

Pode-se compreender que o corpo é uma narrativa, e que essa linguagem, juntamente com as construções socioculturais de gênero e de sexo, exerce influência sobre a experiência do corpo material. Butler (1998) percebe o corpo não como uma superfície passiva, mas como ativo e produzido a partir de contextos socioculturais e históricos. Entende-se que o corpo é um espaço que fomenta a linguagem e a cultura, ou seja, a narrativa materializa-se no corpo, tornando-o um efeito discursivo no ambiente social em que as pessoas estão inseridas.

Realizaram-se entrevistas semidirigidas com o casal *trans* e, no tratamento das informações, utilizou-se a análise textual discursiva. Constatou-se que a concepção de corpo LGBTQ+, como discurso, é uma realidade nos dias atuais, porque o corpo é fundamental na construção da identidade dos sujeitos. Nessa dimensão, os sentidos e significados ocorrem através do corpo, bem como da experiência do oprimido (FREIRE, 2007), das minorias e das pessoas encarnadas. (MERLEAU-PONTY, 1996). Isto é, percebe-se o corpo inserido na sociedade, na sua relação cotidiana com os elementos que compõem a prática do universo *trans*, a escola, a Igreja, o lar, o espaço público, o trabalho, a *performance*, as habilidades e os comportamentos. Para Freire (2007) a libertação da opressão social depende da capacidade do oprimido de se reconhecer como ser humano nas suas dimensões ontológica, histórica e de Ser Mais. Nesse sentido, é de fundamental importância que as relações entre os aspectos físicos e psíquicos do humano apresentem-se de forma harmônica, a fim de alcançarem uma condição autônoma na progressão de sua vida. Considerando-se aqui o segmento social LGBTQ+ como uma minoria oprimida socialmente, esse aspecto fornece evidências de quanto importante é a satisfação com o corpo

na condição humana, explicando, parcialmente, a angústia que atinge indivíduos transexuais com a corporeidade.

2 Corpo: características e resistências

O estudo do corpo, para além das ciências biomédicas, é uma perspectiva sistematizada relativamente recente. (FERREIRA, 2013). A modernidade e seu legado, centrados na dualidade binária corpo-mente, privilegiaram a análise sistemática das funções orgânicas e racionais do indivíduo. As ciências humanas e sociais, por sua vez, evitaram e, de certa forma, talvez ainda, evitem intervenções epistemológicas no corpo. Isso pode ocorrer em vista da independência ante a biologia ou da preferência por abordagens que privilegiem as coletividades em detrimento de análises específicas. Nesse sentido, há o costume de se perceber o corpo apenas como um organismo funcional.

Segundo Schilling (1993 apud FERREIRA, 2013), dentre as diversas abordagens sociológicas da corporeidade existe, o paradigma construtivista. Nele, o corpo apresenta-se como uma construção da realidade sociocultural. Nesse sentido, ele resulta tanto da historicidade social e de seus signos e símbolos como das narrativas coletivas.

Em cada instante, o corpo interpreta o seu contexto e age sobre ele em função das orientações que recebe da ordem simbólica que incorpora. Todas as suas manifestações se enquadram no limite da cultura que representa, pelo que, enquanto corporeidade, o corpo não pode ser avaliado fora do contexto sociocultural que o enquadra. (FERREIRA, 2013, p. 503).

Entende-se a corporeidade, de maneira geral, como sendo as manifestações relacionais do corpo induzidas pelo cérebro, e isso remete à construção corporal a partir das condições culturais do meio. Dessa forma, as sociedades influenciam diretamente na utilização individual do corpo. Foucault (2001) explica que o corpo se constitui na centralidade das estratégias nas disputas de poder, além de se apresentar como instrumento de controle social.

Nesse contexto, o corpo, em sua perspectiva sociocultural, apresenta-se como um repositório, isto é, um espaço a serviço da história, da cultura e do poder. Entretanto, os conceitos, as percepções e as significações acerca dele e da corporeidade variam ao longo do tempo. Para Barbosa et al. (2011) as mudanças na noção de corpo decorrem, também, a partir da transformação das narrativas.

Sobre isso, a partir do contexto histórico, percebe-se que, na Grécia, o corpo foi concebido sob duas perspectivas: como *elemento de glorificação* e de *interesse do Estado*. No primeiro caso, ter um corpo esteticamente adequado aos padrões da época era tão importante quanto ter um intelecto bem-desenvolvido. No segundo, um corpo saudável, forte e bem-condicionado foi importante em razão das guerras frequentes daquele período. Salienta-se, porém, que esse entendimento se aplicou ao sexo masculino, já que as mulheres não eram consideradas cidadãs em sua plenitude.

O grego desconhecia o pudor físico, o corpo era uma prova da criatividade dos deuses, era para ser exibido, adestrado, treinado, perfumado e referenciado, pronto a arrancar olhares de admiração e inveja dos demais mortais. Mas não se tratava apenas de narcisismo, de paixão desmedida por si mesmo. Os corpos não existiam apenas para mostrar-se, eles eram também instrumentos de combate. Tudo na natureza era luta, era obstáculo a ser transposto, era espaço ou terra a conquistar. (BARBOSA et al., 2011, p. 24).

Por sua vez, o Império Romano sucedeu à hegemonia grega. Entretanto, em relação ao corpo, a cultura grega exerceu influência na vida cotidiana dos romanos, que mantiveram os princípios gregos, especialmente, sobre o ideal de beleza. Além disso, a força e o vigor físicos também consistiram em necessidade; porém, diferentemente dos gregos, os romanos evitavam a exposição do corpo, e essa situação relacionou-se a questões de cunho religioso, impondo-se relativo pudor ao corpo nu. (PELEGRINI, 2006 apud BARBOSA et al., 2011). A imortalizada frase do poeta romano Juvenal: “Uma mente sã num corpo são” pode ter diferentes interpretações, no entanto, fica nítida a ideia de interdependência entre corpo e mente, e ela deve ser resguardada.

Com o surgimento e a expansão do cristianismo, as concepções coletivas a respeito do corpo sofrem alterações. O corpo, para os cristãos antigos, durante a Idade Média e em menor escala até os dias atuais, relaciona-se de forma negativa, pois, no contexto da religiosidade, ele surge especialmente ligado à sexualidade e, fora do casamento, é considerado pecado.

Nesse sentido, o sexo e a nudez devem ser evitados. Torna-se importante ressaltar, que na concepção cristã, o ser humano é concebido numa perspectiva binária, dividindo-se em corpo e alma. Considera-se, ainda, a importância do segundo aspecto como extraordinariamente maior, pois evidencia a necessidade de se viver eternamente no paraíso. Enfatiza-se que o corpo, como fonte do pecado advindo do sexo, deve ser resguardado

e escondido. Impõe-se o suplício do corpo para a redenção da alma, e o jejum e os martírios religiosos são exemplos dessa situação. (BARBOSA et al., 2011).

O período renascentista trouxe consigo a centralidade do ser humano ao mundo. A percepção do corpo passa, mais uma vez, por um processo de mudança, valorizando mais a concretude, o físico e o belo. É importante notar que, neste estudo, compreende-se a percepção a partir de Merleau-Ponty (1996), o pensamento de fato e ser-no-mundo, ou seja, são as experiências vividas que reforçam o nosso jeito de ser, pensar e agir. E o corpo é a primeira dimensão de como nos vê e como percebemos o *outro*. Por sua vez, o corpo moderno resgata a valorização estética e, com isso, volta a ser admirado e cultuado. Essa perspectiva é corroborada pelo entendimento de Barbosa:

A disciplina e controle corporais eram preceitos básicos. Todas as actividades físicas eram prescritas por um sistema de regras rígidas, visando à saúde corporal. Agora, com o declínio final dos sacerdotes que condenavam a vida na terra, vemos a sua redenção. Um neopaganismo ressurgiu e a carne intensa, activa, ainda carregando cicatrizes do estigma, volta a ser soberana, quer mostrar-se. (BARBOSA et al., 2011, p. 27).

O cultivo do corpo ganhou espaço e centralidade na sociedade industrial-burguesa. Na atualidade, pode-se dizer que ele é o instrumento para significar a existência humana. Pode ser alvo de transformações voluntárias, com que as pessoas buscam ressignificações. Elas, ainda, promovem resistências e realizam contestações a partir do corpo, sob condições estéticas preestabelecidas.

O corpo, na contemporaneidade, ganha, cada vez mais, interesse analítico. É a partir dos anos 1980, que os estudos sobre o corpo passam, gradualmente, a ser pesquisados e estudados. (FERREIRA, 2013). Atualmente, já existem produções acadêmicas abordando perspectivas sociais conectadas com o corpo, retirando-o da condição apenas de organismo biológico, da culpabilidade e do adoecimento. A constituição orgânica dá lugar um conjunto de manifestações simbólicas que o corpo promove e sob as quais se apresenta.

É certo que, na contemporaneidade, na mídia e nas redes sociais, por exemplo, o corpo pode ser apresentado como um simulacro da realidade, em um imenso esforço para suplantiar ou reduzir suas imperfeições, por meio das indústrias farmacêutica, médica, cosmética, alimentícia, estética ou do fisiculturismo. Nesse contexto, acentua-se o pacto entre o mercado e o corpo, e o segundo é um objeto de valor econômico capaz de impactar

as tomadas de decisão coletivas, já que passa pelos consumos material e simbólico.

Uma vez sendo a mídia e o mercado quase que elementos intrínsecos, o corpo e o sexo como produtos consumíveis são produzidos a partir do enlace destes fenômenos. Assim, na contemporaneidade, a estética, a busca pela satisfação sexual e a normatização seguem as prerrogativas da ordem econômica estabelecida, de modo que – diferente dos anos que seguiram à Revolução Industrial, em que a manufatura e a indústria pesada demandavam outra dinâmica com relação à sexualidade e suas interdições. (CORRÊA, 2013, p. 19).

Diante do exposto, as percepções e as funcionalidades do corpo variam na história de acordo com as narrativas e o paradigma em que a sociedade está inserida em cada período. Entretanto, essas concepções auxiliam o acesso e a manutenção das relações de poder. (FOUCAULT, 2001). Nesse sentido, tanto o corpo quanto a sexualidade que o habita são compelidos ao enquadramento de padrões socioculturais, isto é, existem ações proibidas e outras permitidas, e o que foge a essa normatização é considerado *anormal*.

3 O casal *trans* na fronteira oeste do Rio Grande do Sul

A metodologia utilizada foi a da *história oral* que, segundo Alberti (2013), consiste em uma recuperação do passado na concepção dos que o viveram. Desse modo, as atenções estiveram voltadas às versões narradas pelos sujeitos da pesquisa. Essa abordagem metodológica mostrou-se viável, já que o tema pesquisado envolve questões de sentimentos, emoções, afetos, alegrias, expectativas, decepções e tristezas, de modo que indivíduos podem falar sobre acontecimentos vividos e sobre os impactos nas relações sociais.

A escolha dos sujeitos da pesquisa foi de grande importância ao desenvolvimento do estudo, pois somente eles poderiam expressar, com o grau de confiabilidade necessário, questões que envolvem percepções, emoções e sentimentos acerca de seu próprio corpo. Na seleção dos entrevistados, não se levaram em conta aspectos quantitativos da amostragem, mas se, consideraram a decisão, a aceitação e o fato de se tratar de um casal *trans*. Com essas definições, numa cidade de 60 mil habitantes (IBGE, 2010), encontrou-se um casal *trans*: Bianca, 19 anos e Diego, 17 anos. Os jovens nasceram e cresceram em São Borja – RS e

vivem há mais de dois anos uma relação matrimonial. Dessa união, Diego, durante o relato oral, com oito meses de gestação, aguarda, com ansiedade o nascimento do bebê. Entende-se que a escolha do casal *trans* gera debate, apresenta a micro-história, a memória, a identidade e a representatividade no grupo social.

A partir da história oral, os relatos foram elencados em forma de temas, abordando família, escola, espaço público, trabalho e vida conjugal. Houve, também, encontros de acompanhamento e a participação no chá de bebê.¹ As narrativas do casal foram gravadas e transcritas para posterior análise. Por meio do material produzido, empreendeu-se uma discussão à luz do referencial teórico com o objetivo de desvelar os efeitos que a transexualidade produz no corpo físico e no comportamento de pessoas representantes da condição humana.

Os dados obtidos foram analisados segundo a proposta da Análise Textual Discursiva (ATD). A sistemática amparou-se em uma análise bibliográfica prévia acerca dos aspectos metodológicos da pesquisa científica. Isso se torna necessário, pois a ATD é uma técnica de análise do discurso que objetiva a compreensão de fenômenos a partir da reconstrução de informações existentes. “A análise textual discursiva corresponde a uma metodologia de análise de dados e informações de natureza qualitativa com finalidades de produzir novas compreensões sobre fenômenos e discursos”. (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 11).

De um modo geral, a ATD se desenvolve a partir de três etapas básicas: i) a desconstrução do *corpus*; ii) a unitarização; e iii) a categorização. Entretanto, para iniciar a primeira etapa que é a desconstrução do *corpus*, é necessária a apropriação da técnica. O que se chama de *corpus* são as próprias produções textuais analisadas. Neste estudo, o *corpus* foi obtido a partir do discurso dos sujeitos explicitados nas entrevistas. A desconstrução consiste em sua decomposição, a fim de perceber os seus sentidos. É dessa desconstrução que emergem as unidades de análise. “A análise textual discursiva opera com significados construídos a partir de um conjunto de textos. Os materiais textuais constituem os significantes aos quais o analista precisa atribuir sentidos e significados”. (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 13).

4 Corpo, narrativa e transexualidade

Após a aplicação do processo da ATD nos relatos de Bianca e Diego acerca da infância de cada um, originaram-se as categorias *rejeição* e *agressão*.

¹ O chá de bebê ocorreu na Associação de Moradores, no bairro Itacherê, em São Borja, no dia 10/12/2017, contando com ajuda de amigos, familiares e apoiadores da causa LGBTQTT.

A categoria *rejeição* apresenta maior destaque, entretanto, ambos expressam sofrimento e tristeza com os próprios familiares durante essa fase da vida. A rejeição, em determinados momentos transformava-se em agressão verbal e física: “*Lembro quando eu tinha cinco pra seis anos, meu pai me viu de unhas pintadas pela primeira vez, ele me levou no quarto dele e me deu uma surra que fiquei tonta de tanto apanhar*”. (Bianca).

Crianças a partir de três anos, já podem começar a manifestar a transexualidade, uma vez que a identidade de gênero está fortemente conectada ao cérebro (LODI; VERDADE, 2017). Por isso, desde muito cedo, sujeitos, na condição transexual, iniciam um doloroso processo de autoaceitação e uma disputa desigual por espaço na sociedade, em função de desinformação, de preconceitos e de discriminação.

Rodrigues e Barros (2017) afirmam que a fase da infância pode ser vista pelos transexuais como algo ruim, que eles preferem anular de sua vida, justamente pelo sofrimento vivido e pela confusão em não se enxergar igual às demais crianças do mesmo sexo. O sofrimento vivido na infância pelas pessoas transexuais, em razão da violência e da rejeição, pode ocasionar sequelas psicológicas que seguirão com o indivíduo por todas as outras etapas da vida. Isso fica explícito quando Bianca fala: “A frase mais pesada, que ainda hoje me incomoda: é melhor não ter filho assim, não ter filho puto”.

A análise do texto originado dos relatos transcritos sobre a relação de Bianca e Diego com seus corpos deu origem às categorias *insatisfação* e *diferença*. Ambos demonstraram grande insatisfação com o corpo desde muito cedo, pois se percebiam com características físicas de um gênero, mas com comportamento e atitudes de outro.

Percebe-se que o transexual, psicologicamente, não se sente à vontade com o sexo biológico, o que lhe acarreta profundo sofrimento, apresentando características de inconformismo, depressão, angústia e repulsa pelo próprio corpo. Beso et al. (2010) afirmam que a transexualidade caracteriza-se pelo imenso desejo de viver e de ser aceito como membro do sexo oposto e, ainda, pela vontade de se submeter a um tratamento hormonal e à cirurgia que torne o corpo compatível com a opção sexual desejada. Esse incômodo e inconformismo ficam evidentes nas falas do casal. Para Diego, “o que mais me incomodava era quando eu me olhava no espelho e via meus seios crescendo”. Bianca por sua vez referiu: “Sabia que eu era diferente, meu corpo dava sinais de que não queria ser como nasci”. E, continua: “Era menino, mas queria ter cabelo, usar saia, vestidinho”.

Atualmente, Bianca e Diego afirmam sentirem-se mais confortáveis com seu corpo já que, diferentemente do que ocorria na infância, têm maior domínio sobre eles e estão em processo de adequação entre o sentimento,

o afeto e as mudanças corporais. Entretanto, Bianca ainda se sente incomodada com alguns traços masculinos que persistem, por exemplo, a barba e o bigode. Já Diego afirma ter satisfação em poder utilizar roupas masculinas como boné, o que era mais complicado quando criança: *“Gosto de usar roupas masculinas, boné, estilo boyzinho, me sinto bem assim”*.

De acordo com Lanz (2014), a roupa é um dos aspectos mais importantes do ser humano na vida social. Nesse sentido, a vestimenta tem o poder de incluir ou excluir as pessoas de determinado grupo. Afinal, a sociedade impõe um padrão de vestuário para cada corpo e cada gênero, sempre na perspectiva heteronormativa.

Os corpos que não se conformam aos códigos de vestuário, especialmente, os códigos designados para cada um dos gêneros, corpos que desprezam as convenções da sua cultura e se apresentam publicamente sem as roupas apropriadas, são considerados transgressores da ordem social e se arriscam a ser ridicularizados, rejeitados, marginalizados e excluídos. (LANZ, 2014, p. 94).

Diante disso, pode-se inferir que uma parte da angústia e do sentimento sofridos por transexuais na infância decorre do fato de eles não terem liberdade de vestir seu corpo conforme sua vontade, desejo e necessidade. Essa limitação é uma imposição da sociedade, corroborada, geralmente, pela família, que não admite que os jovens usem roupas em desacordo com seu gênero biológico, refletindo os padrões sociais. Aliás, as famílias reforçam essa dimensão mesmo antes de o bebê nascer, adquirindo roupas rosas para meninas e azuis para meninos. Evidencia-se esse aspecto na narrativa de Bianca: *“As roupas de meninas combinavam mais comigo. Colocava as roupas e minha mãe tratava de tirar. Até hoje, minha mãe não pode me vê usando roupas de mulher, ela fala coisas pesadas, por isso, quando sei que vou encontrar com ela, nem maquiagem eu ponho”*. Na medida em que os transexuais, avançam na idade cronológica e passam a conquistar autonomia, há uma redução do desconforto com o seu corpo, muito em decorrência dos hormônios que usam. Isso, porém, pode variar consideravelmente e se relacionar com questões de empregabilidade e independência financeira. Entretanto, grande parte dos transexuais não suporta a tensão e abandona a casa e a família, preferindo, até mesmo, morar nas ruas, ao invés de sofrer humilhações no cotidiano. A fala de Bianca é reveladora: *“Com 12 anos vi que não dava mais para continuar fingindo ser o que eu não era. Me assumi e fui expulsa de casa. Aí passei a usar roupas de menina, com cabelos longos, maquiagem e me tornei mais feminina. Sair de casa, por um lado, foi difícil, mas foi a minha*

libertação”. A dificuldade relatada pela entrevistada ocorreu nos primeiros 15 dias, pois não tinha onde morar. Os familiares e amigos desapareceram e “tive que morar os primeiros dias na rua e comi o que encontrava no lixo”. Assumiu-se como mulher e passou a fazer programas “ninguém me dava emprego e a noite passou a ser a minha fonte de renda. Consegui alugar uma casinha e me manter”. De acordo com ela, a situação piorava “nos rigorosos invernos, aí não tinha jeito, voltava a passar necessidades”.

Essas dificuldades ocorreram desde a fase inicial de convívio em sociedade. Dos relatos relacionados às experiências de Bianca e Diego na escola emergiram as categorias *discriminação* e *segregação*. Elas se relacionam, uma vez que o ato de discriminar, em muitos casos, segrega o *outro*. A discriminação caracteriza-se pelo conjunto de constrangimentos a que foram submetidos: piadas, maledicências e zombarias. Já a segregação fica evidente, por exemplo, pela oferta de banheiro separado e pela impossibilidade de inserção em grupos sociais internos da instituição escolar. Para Bianca, apesar de estar afastada da escola há muito tempo, os traumas sofridos lá ainda estão muito presentes: “*Ainda hoje sinto receio quando entro num ambiente escolar porque, na minha cabeça, acho que vou passar pelos constrangimentos novamente*”.

Para Souza et al. (2016) apud Bento (2011), a escola se insere em um ambiente marcado pela heteronormatividade e para os que externam a identidade de gênero não hegemônica nesse espaço, pode ocorrer um processo contínuo de hostilização e violência. Por isso, se afirma que a escola exclui do seu espaço as pessoas que não se enquadram no padrão binário de gênero, ocasionando sérias dificuldades aos indivíduos, tanto nas relações humanas quanto nas psicológicas. Além disso, impactam a melhoria das condições de vida, a ausência de conscientização e a supressão de conhecimento formal.

Sobre isso, Diego relata as privações e os constrangimentos sofridos na escola: “Sempre fui motivo de piadas dos meninos. O momento mais complicado era quando eu tinha que ir ao banheiro. Certa vez, entrei no banheiro feminino, e uma senhora se assustou, reclamou, chamou a professora e me proibiram de usar o banheiro feminino, passei a usar somente o masculino. Mas ainda não sabia bem o que eu era e era difícil porque os meninos faziam muita gozação”.

Por sua vez, na fala de Bianca acerca de sua convivência social, evidenciou-se a categoria *discriminação*. Por onde anda, nos espaços públicos, a transexual percebe olhares de rejeição, indiferença, desprezo e advertência. Ela relata: “Hora que entro num lugar, as pessoas param, dão risadinhas, outros falam baixinho, mas percebo e temos que estar bem com a nossa cabeça senão caímos na provocação”. Para Lodi e Verdade (2017), a população transgênero tem cidadania precária e é extremamente

vulnerável e desumanizada, com a negação de oportunidades e de direitos de ir e vir.

Essa situação de constante agressividade às pessoas transgêneras é explicada, via de regra, como transgressora, anormal, doente, pervertida, promíscua, entre outros adjetivos e condições negativas, isto é, as pessoas percebem-nas como alguém que subverte as regras sociais e desorganiza a dinâmica das interações e sociabilidades constituídas nos espaços públicos.

Pensamentos como esses fazem com que muitas transgêneros percam família, respeitabilidade, segurança, tudo, por apenas querer viver como o sexo oposto. Quantas pessoas transgêneros nem chegam a ter estudos porque são obrigadas a deixar a escola, por serem massacradas pelos colegas que partem do pensamento de que ser transgênero não é correto, agindo [...] atos de bullying, que na maioria das vezes jamais são apurados pela própria sociedade que está mais empenhada em assegurar a vigência do dispositivo binário de gênero. (DONEGÁ; TOKUDA, 2017 apud LANZ, 2014, p. 797).

Nesse sentido, a população transexual também se insere no processo de invisibilidade social. A situação consiste na indiferença e na negação dos direitos a essas pessoas a partir do princípio do seu não reconhecimento como seres humanos. Em diversos momentos, as pessoas recusam ou não percebem a presença física nos ambientes sociais. O conceito de invisibilidade, aqui, é compreendido a partir de invisibilidades sociais, especificamente, a sexual e a de gênero. Para Cogo (2015, p. 2), são pessoas que ocupam posições menos valorizadas, ou posições reconhecidas por conta “da indiferença ou do preconceito social. O fenômeno atinge todas as pessoas que de alguma forma se encontram à margem da sociedade. Existem várias formas, tipos e níveis de invisibilidade social, tais como a religiosa, a econômica, a racial, a sexual, a etária, a laboral, entre outras”.

Bianca relatou uma situação de invisibilidade que gerou constrangimento e avaliza situações de preconceito.

“Nós fomos no mercado. Fizemos as compras e como o Diego está grávido, ficamos na fila dos prioritários, gestantes e idosos. A atendente do mercado veio, chamou um senhor e pediu para passar na nossa frente e pediu para nós nos dirigirmos a outro caixa. Explicamos a situação da gravidez, a atendente disse que não tinha percebido.”

Nota-se que a gravidez de Diego passou despercebida, mesmo ele já estando com a região da pelve muito saliente, oito meses de gestação. E, com esse episódio, as demais pessoas das outras filas pararam “com ar de reprovação da nossa atitude e da nossa condição de gravidez. Na realidade, as pessoas não aceitam e, se possível, não querem ver. Eles acham uma aberração, mas não, somos normais como qualquer casal”.

Verificamos que a pessoa transexual sofre diversos tipos de violência nos mais variados tempos e espaços da vida social. Entretanto, um aspecto importante a ser refletido é a violência que parte também do espaço LGBTT+, ou seja, de seus semelhantes. Essa violência endógena, como se poderia classificar, expressou-se na fala de Bianca, durante a entrevista, ao comentar sobre os problemas e a discriminação enfrentados por conta da gravidez de Diego:

“Passamos por muito preconceito. Vivenciamos o preconceito com a própria comunidade LGBTT. Quando souberam da nossa gravidez, alguns não compreenderam e não aceitaram a situação. Eles pedem respeito, mas no nosso caso, eles não deram e nem praticam o respeito. Até piada no grupo do WhatsApp LGBTT a gente sofreu. Isso nos chateou muito.”

A situação descrita pode dar a impressão de ser contraditória, entretanto, é explicada pelo histórico de conservadorismo presente na população brasileira. Torna-se importante a compreensão de que a comunidade LGBTT+ está inserida no contexto e na dinâmica da sociedade que absorve os paradigmas culturais dominantes. Inclusive, alguns podem resistir aos novos formatos de núcleos familiares, como, no caso deste estudo, ocorreu com o casal *trans* que, por diversos motivos, vê-se exposto a esses padrões. Essa situação possibilita a vulnerabilidade social e a acentuação do preconceito ou da dimensão conservadora que orienta o modo de pensar e de agir socialmente.

Sobre o conservadorismo que ajuda a perpetuar as estruturas sociais, Almeida (2015) aponta a fatos como a dificuldade para dar fim à escravidão, e, quando de sua conquista, o descaso com os negros, os genocídios, a expropriação dos povos indígenas, a violenta opressão das mulheres e a negação da cidadania aos LGBTT+.

Para Botelho e Ferreira (2010), o conservadorismo, na mesma intensidade em que aprecia as hierarquias, despreza o igualitarismo. Na maioria das vezes, são essas concepções que provocam reações preconceituosas, violentas, e o discurso de alguns agentes públicos, que, sem nenhum constrangimento, divulgam que as minorias invisibilizadas na sociedade, gays, índios, lésbicas e quilombolas são sujeitos que não prestam. Ou seja,

a propagação do discurso conservador, discriminatório e violento encontra respaldo, inclusive, nas instâncias institucionais. Talvez por isso, Bianca confesse que por “três vezes, os meus clientes da noite me bateram, um me enforcou, outro apontou uma arma e me violentou, e outro, com uma faca, queria me matar. Não quis fazer BO porque não dá em nada, não acreditam na gente, acham que nós que procuramos”.

Sabe-se que as manifestações de preconceito ocorrem a partir da gestualidade e, também, da maneira de vestir, do pertencimento a uma classe social menos favorecida, do padrão estético corporal, da faixa etária e, principalmente, da observação, dos olhares, do comportamento e dos trejeitos. Diego relata: “Ainda hoje, mesmo estando casado, encontro homens que me diz ‘vou dar um jeito nela’. As pessoas nos olham e acham que queremos só sexo”. Ou seja, dar um jeito significa viver os padrões instituídos socialmente e descartar a construção da identidade.

5 Núcleo familiar, concepções e percepções

Bianca e Diego moram juntos há dois anos. Eles se conheceram numa tarde movimentada: encontro de motoqueiros em São Borja. Conversaram, trocaram contatos e, no mesmo dia, iniciaram um bate-papo virtual. Marcaram o primeiro encontro na pista de *skate*, numa das principais praças da cidade, lugar preferido de Diego. Na mesma semana, começaram a “se conhecer melhor”, evoluíram para o namoro e, em seguida, decidiram morar juntos.

Dessa união, relatam as dificuldades iniciais: “Nós mesmos tivemos que mudar a nossa forma de pensar porque no início tínhamos receio de andar de mãos dadas na rua”. Bianca revela: “Sempre quis casar, ter filhos e logo o Diego ficou grávido, mas perdeu o bebê no quarto mês”. Relatam que sofreram muito, mas decidiram fazer um acompanhamento para a gestação “esperamos um tempinho e logo veio outra gravidez”. E o casal orgulha-se em dizer que “fazem o pré-natal e seguem as orientações certinhas. Até no dia que a gente vai no pré-natal é uma alegria”. Bianca revela a emoção quando acompanhou a ultrassonografia: “Chorei de emoção, parecia que o bebê estava no meu ventre”.

Diego, que gesta o filho, diz: “Na minha cabeça estou só carregando o filho. Sou um homem carregando um filho”. Ele percebe que as pessoas ficam momentaneamente impactadas quando verificam tal situação, e, muitas vezes, em um segundo momento sofre desrespeito e agressões verbais. Sobre essa situação, é importante uma reflexão acerca de que, mesmo diante de grandes resistências e das dificuldades inerentes às rupturas sociais e à quebra de paradigmas, na contemporaneidade, percebe-se a emergência de novos núcleos familiares. Essas configurações familiares

surpreendem, chocam e revoltam uma parcela da sociedade que almeja a defesa dos valores conservadores e outras, ainda pelas doutrinas religiosas, quer manter o binarismo homem/mulher na questão de gênero.

Nesse sentido, as famílias transgêneras são formadas a partir de uma união em que um ou ambos têm a condição transgênera. Dessa união, ainda podem surgir os filhos, adotivos ou biológicos. Nessa configuração familiar, o homem *trans* é quem gera a prole e não a mulher, numa inversão em relação à lógica da heteronormatividade. (OLIVEIRA, 2015). Essa situação pode ser observada com a atitude de Diego que carrega o filho, enquanto Bianca se considera a mãe: “Estou na expectativa de ser mãe. Eu me sinto mãe do bebê. Ser mãe era um sonho”. E, acrescenta: “Fico imaginando como vai ser o meu primeiro contato, trocando fraldas, alimentando e, no outro dia, terei que trabalhar para sustentar minha família”.

As pessoas que raciocinam pela lógica heteronormativa, hegemônica na sociedade, não compreendem esses novos núcleos familiares. Oliveira explica:

[...] o papel exercido na família trans pelo que seria atribuído ao homem, refere-se na verdade ao transhomem, a pessoa que nasceu com atribuição do sexo feminino, mas que não se identifica com o que lhe foi atribuído, embora biologicamente tenha órgãos reprodutivos femininos. Ao gerar filhos, mesmo tendo os órgãos reprodutivos femininos, como socialmente exerce o papel de homem, será o pai da criança, ao passo que a transmulher, embora não tenha órgãos biológicos femininos, será a mãe social e registral da criança. (2015, p. 3).

Essa situação ocorreu bem antes da gravidez de Diego. Ele diz: “Eu sou homem, não queria ter seios, eles não fazem parte do que eu sou”. Diego lembra ainda quando participava com seus pais de rituais na igreja. Nas celebrações, os homens sentavam de um lado, e as mulheres de outro: “Eu queria sentar junto com os meninos, mas era obrigado a sentar do lado das mulheres, e isso me incomodava muito”. Sentia-se exposto e vulnerável aos olhares de indiferença e de constrangimento. Essa é mais uma dificuldade, na realidade cotidiana, da vida das pessoas *trans*, a de serem submetidas às aparências e às normas sociais.

Considerando-se outros espaços sociais, constata-se que também há dificuldades de acesso, por exemplo, ao ambiente de trabalho. Na ATD, a partir do relato de Bianca e de Diego sobre sua inserção no mercado de trabalho, nota-se que predomina o trabalho informal e, ainda assim, são submetidos a diversos tipos de negação ao desenvolver suas atividades laborais. Diego trabalha como *tattoo*: “Quem faz tatuagem geralmente tem

outra cabeça, por isso, eles me aceitam melhor”. Já Bianca não teve acesso ao mundo do trabalho formal. Quando morava com os pais, na zona rural, ajudava-os na lida com os animais. Depois de expulsa de casa, encontrou espaço como garota de programa: “Trabalhava na noite e de dia trabalhava no salão, fazendo cabelo, maquiagem e hoje trabalho com minha mãe, sou ajudante dela”. Entretanto, ela destaca: “A minha mãe não me aceita, por isso tenho que me comportar, até meu cabelo não posso soltar quando estou trabalhando com ela”. Segundo Souza et al. (2016), os baixos níveis de inserção das pessoas transexuais no mundo formal de trabalho brasileiro chamam a atenção para a precariedade vivida por esse segmento social.

Lanz (2014) destaca que transexuais enfrentam diversos mecanismos de pressão social ao longo da vida, além da permanente vigilância e repressão institucionais, obrigando-os a viver à margem da sociedade. Excluídos do mercado de trabalho e da maioria dos círculos sociais, pelo julgamento da sociedade, por isso, muitas vezes, são conduzidos a espaços de prostituição.

Essa situação é agravada pela privação de formação escolar e, conseqüentemente, acadêmica, o que acarreta a ausência de profissionalização no meio transexual, levando-os à informalidade e, em muitos casos, à prostituição. Alguns segmentos do setor produtivo informal, como o da estética e da decoração, apresentam-se um pouco mais acolhedores, entretanto, esse nicho de mercado é insuficiente para a demanda de inclusão da população a espaços profissionais.

Mesmo com todas essas dificuldades evidenciadas após a análise da história oral do casal *trans*, verifica-se, em suas narrativas acerca de projetos de vida, uma perspectiva positiva, a vontade de superar os obstáculos e a esperança de levar uma vida como um casal *trans*. Percebe-se que o filho, que nasceu no mês de janeiro de 2018, passou a ser um incentivo à superação das dificuldades, muito embora, o preconceito ainda continue, mas a esperança e a narrativa do casal são: ter oportunidades, educar o filho e viver dignamente. Ambos mantêm o desejo de trabalhar e de retomar os estudos para conquistar bens materiais e dar conforto e dignidade ao filho. A fala de Diego exemplifica essa perspectiva: “Trabalhar. Conquistar mais coisas e viver em paz e feliz. Quero trabalhar para dar o melhor para o nosso filho”. Bianca, por sua vez, corrobora dizendo: “Batalhar para criar nosso filho. Arrumar uma casa. Viver bem e em harmonia. Quero dar tudo ao Miguel, aquilo que não tive, quero que ele tenha”. Percebe-se, também, que, nos novos núcleos familiares, o que prevalece são o cuidado, o respeito, a solidariedade, a afetividade, o amor e o carinho. Valores que precisam ser vivenciados e reforçados em outros espaços públicos.

6 Considerações finais

Em relação às questões de gênero e mais especificamente de transexualismo, o contexto histórico atual é marcado por relações de conflito. Isso ocorre porque uma parcela da sociedade insiste em abordar esse fator social pelo paradigma conservador que, por um lado, valoriza a estética, mas, por outro, renuncia às mudanças do corpo, de homem para mulher e vice e versa. Dessa situação decorrem: rejeição, discriminação, agressões e sucessivas e constantes tentativas de desumanização dos membros da comunidade LGBTT+.

Neste estudo, verifica-se que a decisão dos transexuais de formar novo núcleo familiar é desrespeitada, marginalizada e exposta a processo de desumanização, mesmo que lutem para garantir direitos básicos: a vida e o viver. (ARENDR, 2007). Esse desrespeito revela o inconformismo com o corpo físico e com os sentimentos do *outro*. Dessa forma, essas pessoas protagonizam uma saga de privações e de processos de exclusão que inicia ainda na infância, obrigando a criança a criar estratégias de defesa para conseguir decidir, participar e agir concretamente em prol dos seus direitos.

A partir dessa complexidade das relações entre o corpo das pessoas transgêneras, suas concepções e suas sensações, destacam-se três dimensões: 1) o corpo não está condicionado a padrões biológicos, mas é uma construção sociocultural e histórica. Em uma sociedade conservadora, corpos que não se adequam ao padrão sociobiológico hegemônico são considerados fatores de desestabilização da ordem vigente e, por isso, precisam ser neutralizados, e é essa perspectiva que se coloca como principal elemento de rejeição aos transgêneros; 2) as novas configurações familiares, incluindo as da comunidade LGBTT+, são realidades concretas na contemporaneidade e é preciso construir políticas públicas de acolhida e inclusão social aos sujeitos; e 3) os corpos que geram vínculos, a sexualidade e os novos estilos de vida devem ser encarados como ativismos sociais que auxiliam a visibilidade do debate sobre transexualidade, com potencial para amplificar as vozes das minorias, sobretudo nas demandas de pessoas silenciadas e tornadas invisíveis.

Referências

- ALBERTI, V. *Manual da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2013.
- ALMEIDA, C. D. *Comunicação, cultura e cidadania dos quilombolas*. Jundiá: Paco, 2015.
- ARENDT, Hanna. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BAITELLO JUNIOR, Norval. *A era da iconofagia: reflexões sobre imagem, comunicação, mídia e cultura*. São Paulo: Paulus, 2014.
- BARBOSA, M. R.; MATOS, P. M.; COSTA, M. E. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. *Psicol. Soc.* [online], v. 23, n. 1, p. 24-34, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822011000100004&script=sci_abstract&tlng=pt> . Acesso em: 18 out. 2017.
- BENTO, Berenice Alves de Melo. Na escola se aprende que a diferença faz uma diferença. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, ago. 2011.
- BESO, S. M.; CAMPOS, J. A. P. S. T.; PAES, T. S. Transexualismo no Brasil: mudança no corpo e no papel? *Rev. Direito e Práxis*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/Meu%20PC/Downloads/1155-25156-2-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Meu%20PC/Downloads/1155-25156-2-PB%20(2).pdf)> . Acesso em: 10 out. 2017.
- BOTELHO, A.; FERREIRA, G. N. Revendo o pensamento conservador. In: _____. (Org.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 11-22.
- BRASIL. IBGE. *Censo demográfico*. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja>> . Acesso em: 17 out. 2017.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 11-42, ago./dez. 1998.
- COGO, P. A invisibilidade das pessoas LGBT. *Rev. Online Lado A*, 2015. Disponível em: <<http://revistaladoa.com.br/2015/06/terapia/invisibilidade-das-pessoas-lgbt#ixzz50XllwYE8>> Acesso em: 2 dez. 2017.
- CORRÊA, G. F. P. Corpo e sexualidade na contemporaneidade. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL, 2013, Maringá. *Anais...* Maringá – PR, 24 a 26 de abril 2013.
- DONEGÁ, C. T.; TOKUDA, A. M. P. A transexualidade frente a uma sociedade que cria regras de gênero. *Revista Conexão*, Três Lagoas – MS, v. 14, n. 1, 2017.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FERREIRA, V. S. *Resgates sociológicos do corpo: esboço de um percurso conceptual*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_208_a01.pdf>. Acesso em: 6 out. 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 38. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

LANZ, L. *O corpo da roupa: a pessoa transgênero entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36800/R%20-%20D%20-%20LETICIA%20LANZ.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 out. 2017.

LODI, A.; VERDADE, K. K. *Transexualidade e infância: buscando um desenvolvimento saudável*. Rio de Janeiro: OAB/RJ, 2017. Disponível em: <http://www.academia.edu/33678167/TRANSEXUALIDADE_E_INFANCIA_buscando_um_desenvolvimento_saudavel>. Acesso em: 28 out. 2017.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. *Análise Textual Discursiva*. Ijuí, RS: Ed. da Unijuí, 2011.

OLIVEIRA, M. B. *Famílias compostas por pessoas trans: o que muda nesta configuração familiar?* Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015. Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosesexualidades/files/2015/07/enlace06-01.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2017.

RODRIGUES, C. M.; BARROS, S. C. *Transexualidade na infância: uma representação a partir do documentário “Meu Eu Secreto”*: histórias de crianças trans. In: BARROS, S. C.; BORGES, Luciana B. *Interfaces do Gênero II: linguagens, imagens, representações*. Goiânia: Ed. da UFG, 2017. p. 23-47. v. 1.

SOUZA, D. E. S.; COSTA, B. L. S.; RODRIGUES, E. M. *A inserção de pessoas transexuais e travestis no mercado de trabalho*. *INOVARSE*, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_029.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.